

Presidente CPL/SEDRAMER

Elton Resende Martins

Membro CPL/SEDRAMER

Marcio Magalhães Correia

3º suplente CPL/SEDRAMER

Marcelo Augusto Maia

Diretor Eng. CPL/SEDRAMER

Beatriz Ribeiro de Oliveira

Diretoria de Eng. CPL/SEDRAMER

(Transcrição da nota ATAS de Nº 10009, datada de 17 de abril de 2024.)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEAD

MICRORREGIÃO DE ÁGUA E ESGOTO DO PIAUÍ - MRAE

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2024

CONCESSÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA MICRORREGIÃO DE ÁGUA E ESGOTO DO PIAUÍ - MRAE

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, na sala de Reunião da Superintendência de Parcerias e Concessões - SUPARC, localizada na Avenida Rio Poti, nº 1046 - Fátima, Teresina - PI, CEP 64049-410, conforme aviso de publicação no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 60/2024 em 25 de março de 2024, e amplamente divulgados nas mídias sociais e jornais de grande circulação, realizou-se AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2024, de forma virtual, para colher contribuições da sociedade civil sobre o projeto de CONCESSÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA MICRORREGIÃO DE ÁGUA E ESGOTO DO PIAUÍ - MRAE. Aberta a audiência, o Secretário-Geral da MRAE, Samuel Pontes do Nascimento, apresenta a mesa, estando presentes a Superintendente de Parcerias e Concessões e membro do Comitê Técnico da MRAE, Monique Menezes Urna, os consultores da empresa Alvarez & Marsal, Thomaz Barboza e Theo Barreto, registrou ainda a presença da Diretora de Estruturação de Projetos de Parcerias e Concessões, Estela Miridan Rosas e dos assessores técnicos integrantes da Diretoria de Estruturação de Projetos da SUPARC, José Augusto Nunes Neto e Michelli Ellen Duarte Vieira. O Secretário-Geral informou que a presente audiência foi convocada pelo Comitê Técnico da Microrregião de Água e Esgoto do Piauí e que os documentos relacionados ao projeto foram disponibilizados na íntegra no sítio eletrônico da MRAE (<https://suparc.sead.pi.gov.br/mrae-consulta-publica/>). Esclareceu ainda que as dúvidas,



manifestações e sugestões sobre as minutas do edital, seus anexos e outras questões relacionadas ao objeto do certame poderão ser feitas no momento oportuno da audiência, observando o critério de inscrição para uso da palavra, regendo-se pelo princípio da oralidade, conforme regramento publicado no endereço eletrônico: <https://suparc.sead.pi.gov.br/mrae-audiencia-publica/>. Após isto, passou a palavra ao Consultor, Tomaz Barboza, que apresentou os estudos técnicos e operacionais do projeto. Após isto, foi passada a palavra para a Consultora, Roberta Helena Ramires Chiminazzo, da empresa Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques, que participou de forma virtual, prestando esclarecimentos sobre a governança do contrato. Na sequência, foi passada a palavra para o Consultor Theo Barreto que prestou informações sobre o estudo de engenharia e os investimentos necessários à viabilidade do projeto. A palavra retornou ao Consultor Tomaz Barboza que dispôs sobre as receitas, despesas e demais premissas econômicas inerentes ao projeto. Encerrada a apresentação, Monique Menezes leu as instruções para participação dos interessados na audiência pública, informando que poderiam participar com direito a voz os previamente inscritos, e após, seriam lidos os comentários enviados via chat dos demais interessados. O primeiro participante inscrito, Francisco das Chagas Marques Ferreira, integrante do Sindicato dos Urbanitários do Piauí, citou a importância de uma maior discussão sobre o tema e solicitou ao Secretário-Geral a realização audiência pública de forma presencial a fim de possibilitar maior participação da população. Em seguida, Antônio Florentino de Souza Filho, integrante do Sindicato dos Engenheiros do Piauí, reforçou a solicitação de audiência presencial, sugerindo que fossem realizadas ainda de forma regionalizada, para abranger um maior número de municípios participantes, questionou também o prazo entre a disponibilização dos documentos e a data da realização da audiência, por entender curto o prazo para análise dos documentos em virtude do grande volume de material disponibilizado. De acordo com a ordem de inscrição o próximo participante seria Simon Mendes, contudo, este não manifestou presença durante a audiência. Em seguida, José do Patrocínio Paes Landim, integrante da AGESPISA, também citou a questão do prazo exíguo entre a disponibilização dos documentos e a data da audiência, e que seria necessário o governo redefinir o projeto, questionou ainda o fato dos prefeitos não estarem presentes na audiência. Francesco das Chagas Alves, integrante da AGESPISA, também não manifestou presença durante a audiência. Urias Gonzaga do Nascimento, integrante da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO - SEMDUH/PMT questionou o prazo entre a disponibilização dos documentos e a data da audiência, também sugerindo a realização de audiências presenciais e regionais, informando ainda que não é adepto da privatização e criticando também a ausência de municípios na audiência. Antônio da Costa Miranda Neto, engenheiro civil e sanitarista, Fernando Alencar, integrante da AGESPISA, e Nelson Nery Costa, também não manifestaram presença durante a audiência. Antônio Hebert Marinho, integrante da Federação Nacional dos Urbanitários do Nordeste e do Sindicato dos Urbanitários do Piauí, informou que em reunião com o governador, em novembro de 2023, entregou relatório sobre o perfil da população piauiense, e que também contratou consultor para avaliar os documentos da consulta pública e que este afirmou que trinta dias não é tempo hábil para análise dos documentos disponibilizados, e ainda questionou a ausência dos municípios na audiência, solicitando a prorrogação do prazo da consulta pública. Francisco Ferreira de Sousa, integrante do Sindicato dos Urbanitários do Piauí, cedeu seu tempo de fala ao Sr. Antônio Hebert Marinho, integrante do Sindicato dos Urbanitários do Piauí, sendo o ato autorizado pelo Secretário-Geral já que não havia vedação expressa no regulamento sobre essa possibilidade, aquele, retomando a fala, sugeriu a elaboração de um novo projeto prevendo a criação de nova



AGESPISA, utilização do SISAR, financiamentos do governo federal e reiterou o pedido de ampliação do prazo para consulta pública. Francisco das Chagas Santos - integrante do SINTEPI e Jose Paulo Sampaio Machado, também não manifestaram presença durante a audiência. Carla Adriana Macedo da Mata, integrante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, e integrante da Federação Piauiense de Skateboard - FEPISK, indagou sobre a realização de apenas essa audiência ou se haveriam outras, e informou que não ficou claro os pontos que foram apresentados sobre reajuste tarifário e área rural. Após a finalização das manifestações, foi realizada nova chamada dos inscritos que se encontravam ausentes, e na oportunidade Francisco das Chagas Santos, integrante do SINTEPI, afirmou que o serviço de fornecimento de energia elétrica piorou após a sua transferência para a empresa Equatorial e que se preocupa com a possibilidade de acontecer o mesmo em relação ao saneamento, bem como com o aumento de tarifa e a situação dos empregados da AGESPISA, solicitou ainda a suspensão da audiência para análise do documento que foi enviado pela categoria ao governador sobre o novo projeto. Jose Paulo Sampaio Machado, também se apresentou, apresentando sua insatisfação sobre essa audiência pública, alegando que para se chegar em todos os municípios, necessitaria de uma discussão mais ampla, e que tem receio sobre a zona rural não ser contemplada, informando que poderia se utilizar como o exemplo o que ocorre no Estado do Ceará. Finalizadas as constituições dos inscritos, Monique Menezes informa que serão lidas as manifestações no chat do Youtube, conforme as regras previamente definidas e disponibilizadas no site citado. As mensagens foram as seguintes: "Marcélio Lima / Instituto Movimenta Piauí / Tema: Participação popular / Haverá voz para que startups e entidades possam sugerir soluções inovadoras e participar de um conselho consultivo tecnológico?" "Edcarlos Martins/Assessor/Prefeitura de Jaicós-PI - A infraestrutura mantida pelas prefeituras, em aglomerados rurais serão indenizadas ou reembolsadas, pela concessionária?" "Paulo Henrique dos Santos, Prefeitura de São Miguel do Fidalgo-PI/ Manifesto sobre a brevidade da audiência. Fomos informados ontem, sem tempo hábil de se inscrever para contribuição, como também sem tempo de ler e entender o material compilado. Muitas questões importantes ficarão sem debates mais profundos devido ao formato da audiência e a brevidade das contribuições. Os municípios precisam entender como será feita essa transição e qual o papel ativo da concessionária, quando a prefeitura se retirar do abastecimento e começarem as cobranças pelos serviços. A quem recorrer, que irar coordenar. Porque a equatorial está sendo uma decepção." "Natália Wirllen Fernandes Feitosa, Presidente do Conselho Comunitário dos Moradores do Residencial Lindalma Soares. Manifestação: Falta de Saneamento Básico e Abastecimento de Água na Comunidade". Finalizada a leitura dos comentários, Monique Menezes agradeceu às contribuições e passou a palavra ao Secretário-Geral que agradeceu a participação dos que se pronunciaram, e fez um breve histórico da criação da MRAE, citando a aprovação de leis e realização de reuniões sobre o tema. Esclareceu ainda que o Colegiado da MRAE é composto pelos 224 municípios piauienses, composto em sua maioria pelos prefeitos, e que o Secretário-Geral da MRAE é eleito por esse Colegiado, portanto a sua presença representava todos os municípios piauienses. Ressaltou também que é de conhecimento geral que a AGESPISA não se enquadrou no marco legal do saneamento e que não conseguiria cumprir as metas para sua universalização. Informou ainda que a zona urbana de Teresina não faz parte do objeto dessa concessão, apenas sua zona rural. E explicou que a zona rural aglomerada receberá o mesmo tratamento da zona urbana, e que a zona rural dispersa também será amparada mediante solicitação do usuário. Declarou também que Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí (AGRESPI) não participou dessa audiência pois seu papel será para



regular o serviço que será futuramente concedido e que receberá recursos financeiros necessários para seu fortalecimento, incluindo a realização de concurso público para contratação de servidores. Informou que a audiência pública está atendendo todas as exigências de participação popular e formalidades legais, que a modalidade virtual, transmitida ao vivo, foi uma garantia para que todos os piauienses pudessem assistir simultaneamente, que foi amplamente divulgada nas páginas oficiais do Estado, que o Governador divulgou bastante nos eventos os quais participou. Reforçou que os documentos estão disponibilizados no site da MRAE, e que o Comitê Técnico, que tem representantes dos municípios, está participando do projeto e responderá todas as contribuições. Frisou que mesmo se fosse realizada audiência regional e presencial, não se conseguiria uma transmissão universalizada, para todos terem acesso de forma isonômica. Na sequência, passou a palavra aos consultores para responderem aos questionamentos técnicos. O Consultor Tomaz Barboza explicou que o reajuste da tarifa está relacionado aos investimentos que precisam ser realizados, e que os licitantes podem apresentar nas suas propostas valores menores dos que os previstos nos estudos. Sobre o atendimento da área rural, esclareceu que serão atendidos tanto o rural aglomerado quanto o rural disperso, este por demanda, que entende que esta é a melhor forma de atender essa população e que os parâmetros de índices de atendimento que estão disponibilizados nos cadernos de encargos. Informou que a amplitude dos estudos é devido aos cadernos de engenharia que são bem robustos. Ainda em continuidade as respostas, Monique Menezes informou que a inovação tecnológica é possível já que a concessionária poderá se aliar a startups. Ressaltou ainda que o valor da outorga da concessão será dividida com os municípios. E reforçou mais uma vez que a consulta pública está aberta para receber contribuições, agradeceu a todas e todos pelas constituições. Para finalizar a sessão, o Secretário-Geral agradeceu a equipe que participou do projeto e os inscritos, convidando a todos que assistiram a audiência a também participar da consulta pública cujas contribuições serão avaliadas pela equipe do Comitê Técnico da MRAE. Nada mais havendo a tratar, o Secretário-Geral deu por encerrada a Audiência Pública nº 01/2024, e eu Michelli Ellen Duarte Vieira, assessora técnica da SUPARC/SEAD, lavrei esta ata que lida e achada conforme, vai assinada pelo Secretário-Geral da Microrregião de Água e Esgoto do Piauí.

Teresina (PI), 10 de abril de 2024.

Samuel Pontes do Nascimento

Secretário-Geral da MRAE

(Transcrição da nota ATAS de Nº 10023, datada de 17 de abril de 2024.)

TERMOS

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2023
-SEMARH/PI**

